

Tribunal detectou mais de 100 tipos de irregularidades

BRASÍLIA — O TCU detectou mais de uma centena de tipos de fraudes e irregularidades no Sistema Único de Saúde (SUS), que vão desde um alto índice de cesarianas até cobrança indevida de alimentação de pacientes e manipulação de Autorizações para Internação Hospitalar (AIHs) para tratamento de “pacientes fantasmas”. O TCU responsabiliza as três esferas de governo pelas irregularidades e denuncia uma “apatia gerencial” e falta de vontade política em definir as metas com clareza.

O relatório do ministro Marcos Vilela aponta como uma das principais causas para a existência das fraudes as “fragilidades do SUS”, tanto em relação ao financiamento do sistema, quanto na gestão municipalizada do SUS. “O processo de descentralização da assistência à saúde até a esfera municipal tem encontrado grande dificuldade para ser efetivado”, conclui o relatório, afirmando que apenas 20% dos municípios brasileiros atuam nesse sentido. Mesmo assim, grande parte desses municípios não constituíram o Conselho e o Fundo Municipal de Saúde.

Segundo o relatório, “em 1990 o Brasil gastou US\$ 128 per capita com os cuidados de saúde”, o que representa 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse mesmo ano, a taxa de mortalidade infantil para o País era de 57 por mil nascidos vivos. “Esses dados só podem ser comparados ao desempenho dos países industrializados há 30 anos, época em que gastava, em média, US\$ 70 per capita, registravam uma taxa de mortalidade infantil de 27 por mil nascidos vivos e gastavam, em média, 4% do PIB”, informa o documento. De acordo com o relatório, “a participação de 4,6% do PIB brasileiro em 1990 é igual ao patamar de 1982”. A taxa de mortalidade infantil hoje chega a ser maior que a de El Salvador, um dos países mais subdesenvolvidos do mundo.